

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Shape the future
with confidence

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo/SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 29 de agosto de 2023 a Companhia entrou com o Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado em 30 de agosto de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) se encontrava em fase de discussão com os credores e stakeholders, e sua implementação dependia da aprovação em Assembleia Geral de Credores (“AGC”). Em 24 de julho de 2024 o Plano foi aprovado em AGC e em 15 de agosto de 2024 foi homologado pelo Juízo, ocasião em que foi concedida a Recuperação Judicial à Companhia. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Rio Jari para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitida em 06 de junho de 2024, antes da aprovação do Plano e, portanto, incluiu modificação por abstenção de opinião. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais



**Shape the future
with confidence**

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, na data de 24 de julho de 2024 o Plano foi aprovado em AGC, prevendo o pagamento dos credores em até 20 (vinte) anos, com diversos escalonamentos e ordem de preferência legais. Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que dependerá da realização dos ativos e do pagamento dos passivos diretamente vinculados ao Plano aprovado e do sucesso em sua implementação. Esses fatores são essenciais para definir a viabilidade da continuidade dos negócios da Companhia e sua controlada. Até a conclusão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano aprovado foram atendidas com o pagamento dos credores nos prazos previamente definidos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 12 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP-015199/F

Raquel Laguna Zambelli Cerqueira - Contadora CRC RS-069287/O

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7	5	44.608	47.684
Aplicação financeira	6	-	-	1.176	1.056
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	780	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	117.206	131.659
Créditos com partes relacionadas	19	80	153	-	-
Estoques	9	-	-	148.138	138.090
Impostos a recuperar	10	1	9	2.122	10.688
Despesas antecipadas		-	-	744	351
Outros créditos		-	-	4.905	7.230
Total do ativo circulante		88	167	319.679	336.758
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Conta vinculada	7	-	-	1.899	10.565
Depósitos judiciais		-	-	404	732
Investimentos	13	95.164	77.945	4	4
Imobilizado	12	-	-	110.159	115.821
Direito de uso	15	-	-	93.130	98.074
Intangíveis	14	-	-	2.729	3.146
Total do ativo não circulante		95.164	77.945	208.325	228.342
Total do ativo					
		95.252	78.112	528.004	565.100

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	-	-	35.677	75.619
Fornecedores RJ	16	-	-	9.405	-
Outras obrigações - risco sacado	20	-	-	-	7.573
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	21.055	249.333
Empréstimos, financiamentos e debêntures RJ	17	-	-	6.143	-
Impostos a recolher		-	-	7.310	14.595
Salários e férias a pagar		-	-	10.579	9.115
Provisão para contingências	22	-	-	1.553	818
Outras contas a pagar	21	-	-	13.355	16.499
Arrendamento direito de uso	15	-	-	11.517	10.243
Total do passivo circulante		-	-	116.594	383.795
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	-	1.323
Fornecedores RJ	16	-	-	14.374	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	6.722	2.930
Empréstimos, financiamentos e debêntures RJ	17	-	-	191.195	-
Impostos diferidos	11	-	-	6.683	6.338
Outras contas a pagar	21	-	-	12.966	2.416
Arrendamento direito de uso	15	-	-	83.169	89.326
Total do passivo não circulante		-	-	315.109	102.333
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		289.512	289.512	289.512	289.512
Transações de capital		(31.797)	(31.797)	(31.797)	(31.797)
Prejuízos acumulados		(167.315)	(179.434)	(167.315)	(179.434)
Ajustes acumulados		4.852	(169)	4.852	(169)
Total do patrimônio líquido		95.252	78.112	95.252	78.112
Acionistas não controladores		-	-	1.049	860
Total do patrimônio líquido e acionistas não controladores		95.252	78.112	96.301	78.972
Total do passivo e patrimônio líquido		95.252	78.112	528.004	565.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	24	-	-	524.359	475.172
Custo das vendas	25	-	-	(343.921)	(332.870)
Lucro bruto		-	-	180.438	142.302
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	25	-	-	(118.788)	(103.817)
Despesas administrativas	25	(93)	(93)	(44.794)	(34.469)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	25	-	(151.029)	(4.156)	(178.891)
Resultado de equivalência patrimonial	13	12.199	(87.996)	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		12.106	(239.118)	12.700	(174.875)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	15	23	43.470	27.878
Despesas financeiras	26	(2)	(2)	(43.112)	(64.533)
Resultado financeiro		13	21	358	(36.655)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		12.119	(239.097)	13.058	(211.530)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11	-	-	(461)	(491)
Diferido	11	-	-	(344)	(28.045)
Lucro (Prejuízo) do exercício		12.119	(239.097)	12.253	(240.066)
Atribuível a:					
Acionistas controladores				12.119	(239.097)
Acionistas não controladores				134	(969)
Lucro (Prejuízo) por ação				0,04	(0,83)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (Prejuízo) do exercício	12.119	(239.097)	12.253	(240.066)
Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:				
Variação cambial controlada	5.021	(1.018)	5.021	(1.018)
Total de resultado abrangente do exercício	17.140	(240.115)	17.274	(241.084)
Atribuível a:				
Acionistas controladores			17.086	(240.115)
Acionistas não controladores			188	(969)
			17.274	(241.084)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Acionistas controladores								
	Capital social	Transações de capital	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Ajustes acumulados de conversão				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	289.512	(31.797)	6.065	53.598	849	-	318.227	1.838	320.065
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(239.097)	(239.097)	(969)	(240.066)
Compensação de prejuízo	-	-	(6.065)	(53.598)	-	59.663	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.018)	-	(1.018)	(9)	(1.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	289.512	(31.797)	-	-	(169)	(179.434)	78.112	860	78.972
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	12.119	12.119	134	12.253
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.021	-	5.021	55	5.076
Saldos em 31 de dezembro de 2024	289.512	(31.797)	-	-	4.852	(167.315)	95.252	1.049	96.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.119	(239.097)	13.058	(211.530)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	10.409	10.174
AVP de arrendamento	-	-	7.819	8.332
Amortizações de ativo de direito de uso	-	-	10.543	9.424
Provisão (reversão) para giro lento de estoque	-	-	334	(251)
Reversão de perdas est. para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(869)	(6.845)
Provisão para contingências judiciais	-	-	735	3
Juros/atualização de empréstimos/financiamentos	-	-	12.364	29.587
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(780)	(159)
Ajuste a valor presente	-	-	(264)	(733)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	55	139
Provisão para <i>impairment</i> de intangível	-	151.029	-	175.932
<i>Haircut</i> de fornecedores, empréstimos e financ. – Receitas RJ	-	-	(27.192)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(12.199)	87.996	-	-
Varição em ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	15.224	(38.405)
Estoques	-	-	(9.089)	15.303
Partes relacionadas	73	(153)	-	-
Impostos a recuperar	8	20	8.566	6.478
Outros ativos	1	1	2.261	630
Fornecedores	-	-	(6.807)	40.358
Outras obrigações - risco sacado	-	-	(7.573)	(25.072)
Salários e encargos	-	-	1.466	(873)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	(7.744)	11.897
Outros passivos	-	-	12.481	7.418
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	2	(204)	34.997	31.807
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira	-	-	8.547	13.863
Compras de imobilizado	-	-	(4.286)	(9.957)
Compras de intangível	-	-	(99)	(73)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	-	-	4.162	3.833
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	18.295	93.212
Pagamento de arrendamento	-	-	(18.301)	(17.703)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(42.229)	(141.307)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	-	-	(42.235)	(65.798)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes	2	(204)	(3.076)	(30.158)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	209	47.684	77.842
Caixa e equivalentes no final do exercício	7	5	44.608	47.684
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	2	(204)	(3.076)	(30.158)
Itens que não afetam o caixa				
Novos contratos de arrendamentos			155	-
Remensuração de contratos de arrendamentos			5.444	3.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é na Avenida Jabaquara, 2229, conjunto 121, Mirandópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Em 30 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Companhia Brinox Metalúrgica S.A. – Em Recuperação judicial (“Brinox”), sociedade anônima de capital fechado situada em Caxias do Sul/RS, Brasil. A Brinox tem por objeto social, indústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, panelas, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado. Sublocação de imóveis de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo operacional principalmente devido à redução em seu volume de negócios e de aumentos sucessivos nos custos diretos de produção e devido a esse cenário a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial.

Entre as ações tomadas para minimizar os impactos de 2023, a Companhia intensificou os esforços para adequar sua estrutura de custos e despesas. Durante o exercício de 2024 a Companhia apresentou melhoria na margem de lucro em comparação ao exercício anterior impulsionada pelo crescimento da receita operacional líquida. Adicionalmente, o resultado de 2024 da Companhia foi beneficiado devido à aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, pois a entidade reconheceu o montante de R\$27.192 referente ao impacto positivo do perdão da dívida (*haircut*) decorrente da novação das dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, respectivamente, nos valores de R\$11.613 e R\$15.579, contribuindo para o lucro auferido no exercício de 2024. Em 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$12.171 (R\$1.281 em 31 de dezembro de 2023) referente a despesas com o processo de recuperação judicial.

A Companhia e sua controlada seguem operando regularmente, demonstrando cumprimento aos compromissos pactuados no plano de recuperação judicial até o momento.

1.1. Recuperação Judicial

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) número 24 do livro 02, realizada em 25 de agosto de 2023, foi aprovado o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, buscando, com tal medida equacionar o endividamento financeiro, assegurando a preservação e continuidade de suas operações.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação Judicial--Continuação

Em 29 de agosto de 2023, a Companhia ajuizou, em conjunto com a sua controlada Brinox Metalúrgica S.A. – Em Recuperação Judicial, o Pedido de Recuperação Judicial a partir do processo nº 5040462-19.2023.8.21.0010 perante a Comarca de Caxias do Sul/RS, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Por meio de decisão proferida em 30 de agosto de 2023, o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo responsável e iniciou o período de proteção legal ("*stay period*"), com ordem de suspensão das execuções e outras ações que possam levar à constrição ou expropriação do patrimônio das recuperandas, pelos créditos sujeitos ao plano de recuperação, pelo prazo de 180 dias, com prerrogativa de prorrogação, ficando também suspensa a prescrição pelo mesmo prazo, ressalvadas as ações previstas no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, ficando vedada a expropriação dos bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período da recuperação judicial, inclusive por créditos não sujeitos ao plano de recuperação, nos termos dos §§ 7-A e 7-B do artigo 6º. da Lei 11.101/2005.

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), contendo os meios de recuperação a serem empregados, a relação de credores e o laudo de avaliação dos bens e ativos. Conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005, os credores foram classificados em quatro classes:

- Classe I - Trabalhistas: Créditos derivados da legislação do trabalho ou por acidentes de trabalho;
- Classe II - Garantia Real: Créditos com garantia real (penhor, hipoteca, etc.);
- Classe III - Quirografários: Demais créditos sem garantia real, inclusive fornecedores e instituições financeiras;
- Classe IV - ME/EPP: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Os credores das Classes III e IV puderam optar por diferentes modalidades de pagamento previstas no PRJ, conforme detalhado nas notas explicativas 16 e 17.

Nenhum credor foi enquadrado na Classe II - Garantia Real.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação Judicial--Continuação

Os credores da Classe I têm somente uma modalidade de pagamento prevista no PRJ. O credor recebeu a quantia de R\$13 limitado ao valor do respectivo crédito, em parcela única, à vista, devida em até 30 (trinta) dias contados da data de homologação do PRJ, sem correção monetária. O saldo, até o limite de R\$150, será pago em 12 (doze) vezes, mensais e sucessivos, corrigidos pelo IPCA. Quando ultrapassado o limite de R\$150, receberão nos termos da opção 2.

Em 17 de janeiro de 2024, a Companhia e sua controlada publicaram edital convocando os credores para se reunirem em Assembleia Geral de Credores (AGC) para votação do PRJ, com realização, em 1ª convocação, em 22 de fevereiro de 2024, e em 2ª convocação, em 07 de março de 2024.

Em 22 de fevereiro de 2024, a AGC não apresentou a participação de credores com quórum mínimo requerido pela Lei 11.101/2005 para instalação da AGC em 1ª convocação e, assim, comunicou aos credores a sua não instalação, convocando-os a comparecer no dia 07 de março de 2024 para realização da AGC, em 2ª convocação, a ser instalada com qualquer número de credores presentes.

Em 07 de março de 2024, a Companhia Rio Jari e sua controlada Brinox solicitaram o adiamento da AGC para aprovação do PRJ para 07 de maio de 2024, que foi aprovada pelos credores por maioria de votos. Todavia considerando a decretação de estado de calamidade pública no Estado do RS em face de chuvas, inundações e bloqueio de estradas, o Administrador Judicial deferiu o pedido, de cancelamento da AGC marcada para o dia 7 de maio de 2024, ficando as partes intimadas à nova data da Assembleia que foi realizada em 12 de junho de 2024, porém foi suspensa e remarcada para a nova data, de 24 de julho de 2024.

No curso daquele procedimento, o PRJ foi aprovado pela maioria dos credores presentes em Assembleia realizada em 24 de julho de 2024 e homologado pelo Juízo competente em 15 de agosto de 2024, ocasião em que foi concedida a Recuperação Judicial ao Grupo Rio Jari. Devido à homologação do PRJ, todos os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial (art. 49 da Lei 11.101/2005) devem ser pagos de acordo com as premissas previstas no documento, cabendo a cada um dos credores comunicar o Grupo Rio Jari e o Administrador Judicial, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de homologação e nos moldes previstos no Plano, a opção escolhida para o pagamento de seu crédito.

A Companhia e sua controlada vem cumprindo com os pagamentos e até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 liquidou o montante de R\$9.552, sendo R\$2.956 junto a fornecedores, e R\$6.596 a instituições financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação Judicial--Continuação

Não há referência a qualquer alegação de descumprimento formal ou impugnação até a presente data.

1.2. Continuidade operacional

A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada auferiram lucro líquido de R\$12.253, sendo esse valor impactado pelo reconhecimento do perdão da dívida (*haircut*) no montante de R\$27.192. O prejuízo acumulado atingiu o montante de R\$167.315. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos da Companhia e sua controlada foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Apesar dos desafios financeiros enfrentados, a Administração da Companhia está dedicada em implementar medidas para fortalecer sua posição financeira e operacional, incluindo a redução de custos, a reestruturação de dívidas e a renegociação de contratos.

A Companhia e sua controlada continuam operando com suas atividades produtivas normalmente e mantendo o fornecimento de produtos aos clientes durante o processo de recuperação judicial. A manutenção das operações é essencial não apenas para preservar o valor para os credores, mas também para proteger os interesses dos funcionários, clientes, fornecedores e outras partes interessadas.

A Administração acredita que por meio da aprovação do plano de recuperação judicial junto a seus credores e o cumprimento do plano que vem ocorrendo conforme o cronograma proposto, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional da Companhia e, por isso, a Companhia e sua controlada não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios.

1.3. Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul

Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024 ocorreram inundações históricas no Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Esse evento também afetou alguns bairros da cidade de Caxias do Sul/RS, porém o bairro onde está localizada a sede da controlada Brinox não foi afetado. A Administração avaliou os resultados do evento e identificou impactos junto a seus fornecedores localizados no Rio Grande do Sul que foram afetados com as inundações, além da sua cadeia logística que também foi afetada devido as interdições das estradas, o que trouxe impacto financeiro negativo. Porém, não houve impactos materiais e

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul--Continuação

perdas relevantes para o Grupo Rio Jari que comprometessem a continuidade das operações no Estado do RS durante o ano de 2024.

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada seguiram as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 12 de junho de 2025.

2.2 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

A demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Brinox Metalúrgica S.A. – Em Recuperação Judicial e das controladas indireta: Roceral S.A., Casidades S.A. e Habitat Comércio de Utilidades Ltda., conforme apresentado a seguir:

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Razão social	País	Relação	Percentual de participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Brinox Metalúrgica S.A.- Em Recuperação Judicial	Brasil	Direta	98,91%	98,91%
Roceral S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%
Casidades S.A.	Brasil	Indireta	100%	100%
Habitat Comércio de Utilidades Ltda.	Brasil	Indireta	100%	100%

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4. Reconhecimento de receita

O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Reconhecimento de receita--Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Após a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial a Companhia reconheceu em 2024 como receita financeira o impacto de *haircut* junto a seus credores instituições financeiras.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.6. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Matérias primas e material de uso e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Estoques--Continuação

operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

<u>Classes Patrimoniais</u>	<u>Vida Útil</u>
Computadores e softwares	5 - 16 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 27 anos
Móveis e utensílios	4 - 30 anos
Moldes e Matrizes	10 - 20 anos
Instalações e Benfeitorias	10 - 25 anos
Veículos	5 -10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.9. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação

Impostos sobre vendas--Continuação

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	<u>Alíquotas médias</u>
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	5,68%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,30%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	6,15%
PIS - Programa de Integração Social	1,33%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.12. Resultado por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

- (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras obrigações risco sacado, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “Hedge”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “hedge accounting”.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.15. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

O custo de constituição da sociedade controlada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

A Companhia avalia periodicamente o valor recuperável de seus investimentos. Quando a participação da Companhia na perda da controlada for igual ou ultrapassar o valor do investimento, a Companhia não reconhece perda adicional, a menos que tenha assumido obrigações, tenha efetuado pagamentos em nome dessas sociedades ou realizado adiantamentos para futuro aumento de capital.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Operações de Risco Sacado

Nas operações da controlada Brinox, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação original. Esta operação não altera os valores e natureza passiva e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Os prazos não são alterados significativamente e não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico-financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia. Considerando tais características e a essência destas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de outras obrigações risco sacado. Essas transações estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

Também ocorre a operação em que as instituições financeiras a pedido da Companhia pagam os fornecedores na data de vencimento e concedem prazo maior de pagamento a Companhia (a decisão de aderir a esta transação é compartilhada exclusivamente entre Companhia e a instituição financeira). Esta operação altera os valores e natureza passiva e afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e contribui no fluxo de caixa da Companhia. Essas transações estão divulgadas na nota explicativa nº 20. Após aprovação do Plano de recuperação judicial, a Companhia optou por não efetuar novas operações de Risco Sacado junto a fornecedores e instituições financeiras.

2.17. Processo de Recuperação Judicial

A Companhia obteve a homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em agosto de 2024 e, desde então, tem adotado as melhores práticas contábeis no relacionamento com seus credores. Em 2024, foi reconhecido o deságio referente aos credores da Opção I, que optaram por receber R\$100, renunciando à diferença do crédito. No caso dos credores que escolheram a Opção II, a Companhia reconhecerá o bônus de adimplência somente no vigésimo ano após a homologação do PRJ.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos sobre o lucro: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

imobilizado; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos, incluindo arrendamentos; além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2024 e normas não vigentes

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (<i>primary financial statement</i> (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Em setembro de 2024, o CPC emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Alterações de normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

A Companhia apresenta as normas novas e alteradas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em compliance com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Contudo, algumas das normas novas e alteradas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião da Administração, exceto pelo IFRS 18, não se esperam impactos materiais nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixas e bancos	7	5	44.608	47.684
	7	5	44.608	47.684

O montante de caixa e bancos não possuem restrições de uso e refere-se a numerários em espécie e saldos mantidos em conta corrente.

6. Aplicação financeira

	Consolidado	
	2024	2023
Aplicação financeira CP	1.176	1.056
	1.176	1.056

Em 2023 o valor demonstrado de R\$1.056 na conta aplicação financeira a curto prazo é composto substancialmente pela debênture mantida junto à Caixa Econômica Federal e em 2024 a mesma foi baixada em decorrência da aprovação do plano de recuperação judicial.

Em 2024 as aplicações financeiras foram remuneradas durante o exercício de 97% a 100% da taxa do CDI (87% a 110% em 2023), são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país).

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Conta vinculada

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$1.899 é composto substancialmente por duplicatas recebidas de clientes que ficaram bloqueados pelo Banco do Brasil. Os recursos não se encontram disponíveis para resgate imediato e nem estão auferindo rendimentos financeiros em 31 de dezembro de 2024, pois em decorrência do início da recuperação judicial foi bloqueado pela instituição financeira. Em 17 de janeiro de 2025 o Banco do Brasil transferiu o valor para aplicação bloqueada, onde a Companhia não tem ação sob o mesmo, mas possui rendimentos. A instituição financeira realiza os resgates desse montante para amortização dos saldos de empréstimos que foram aprovados no plano de recuperação.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Cientes a receber - mercado interno	91.274	93.555
Cientes a receber – exterior	42.597	55.540
	133.871	149.095
Provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(14.793)	(15.662)
Ajuste a valor presente	(1.872)	(1.774)
Circulante	117.206	131.659

Em 31 de dezembro, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos a vencer	112.509	106.981
Títulos vencidos até 30 dias	2.429	11.070
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	986	1.726
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.169	230
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	962	1.608
Títulos vencidos há mais de 181 dias	15.816	27.480
	133.871	149.095

A movimentação da provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(15.662)	(22.507)
Adições	(1.809)	(4.055)
Reversões	2.678	10.900
Saldo no final do exercício	(14.793)	(15.662)

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

No exercício de 2023 a Companhia reconheceu a reversão da provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$10.638, referente a um cliente específico de grande porte que tinha entrado em recuperação judicial e os valores foram recebidos durante 2023 pela controlada Brinox após a aprovação do plano de recuperação dessa entidade. Esse valor foi alocado no grupo de outras despesas (receitas) operacionais na demonstração do resultado do exercício anterior.

9. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Produtos acabados	33.123	32.009
Produtos em elaboração	28.781	34.346
Matérias-primas	20.506	25.345
Mercadoria para revenda	55.717	34.047
Material de uso e consumo	3.989	3.206
Adiantamentos a fornecedores	8.944	13.017
Ajuste a valor presente	(1.371)	(2.664)
Provisão para estoque obsoleto	(1.550)	(1.216)
	148.139	138.090

O saldo de adiantamento à fornecedores refere-se a compra de mercadoria para revenda com expectativa de recebimento no primeiro semestre de 2025.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar	-	-	178	1.131
PIS a recuperar	-	-	12	48
COFINS a recuperar	-	-	54	224
ICMS sobre compras de imobilizado	-	-	437	603
IPI a recuperar	-	-	176	728
Outros impostos	1	9	1.265	7.954
Total circulante	1	9	2.122	10.688

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens do ativo imobilizado, utilizados em processos produtivos das controladas da Companhia.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar--Continuação

PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados também sobre as operações de aquisições de bens do ativo imobilizado, utilizados em processos produtivos e demais casos permitidos pela legislação.

IPI a recuperar

O saldo de 2024 é composto substancialmente por créditos apurados da operação da filial importadora da controlada Brinox.

Outros créditos

O saldo é composto por créditos apurados pela revisão tributária referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de outubro de 2002 até dezembro de 2022 registrado em 31 de dezembro de 2023 totalizando o montante de R\$5.342. O valor foi integralmente compensado ao longo de 2024, com impostos federais (PIS, COFINS e IPI).

11. Impostos de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	53.774	46.569
Total ativo	53.774	46.569
IRPJ diferido sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(6.226)	(6.001)
Contribuição social diferida sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(2.241)	(2.160)
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	(51.990)	(44.746)
Total passivo	(60.457)	(52.907)
Total líquido tributos diferidos	(6.683)	(6.338)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias. Os montantes de imposto diferido ativo são constituídos com base na sua expectativa de realização. Até o exercício de 2022 a Companhia reconhecia imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa em montante que esperava realizar deduzindo a sua carga tributária em períodos futuros. Devido a situação de Recuperação Judicial, a Administração revisou suas projeções futuras e concluiu por baixar o saldo diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$208.015 (R\$228.974 em 31 de dezembro de 2023), sobre os quais não constituiu imposto diferido.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Impostos de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Os principais saldos de contribuição social e imposto de renda diferidos são originários do efeito da incorporação da empresa anteriormente controladora Celle Participações Ltda. ("Celle") por esta Companhia, tendo como fundamento o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Companhia pela Celle. Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos resultam da aplicação dos conceitos da Interpretação ICPC 09 no momento da incorporação reversa de Celle Participações Ltda em 30 de agosto de 2011. A amortização do ágio para fins fiscais será efetuada em 84 meses, com base em laudo de especialista que suportou os fundamentos do ágio. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.119	(239.097)	13.058	(211.530)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com alíquota vigente	(4.120)	81.293	(4.440)	71.920
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	4.148	(29.919)	-	-
IR/CL diferido não cont. s/ prej. fiscal e base negativa	(28)	(51.374)	7.086	(105.300)
Subvenção para investimentos	-	-	-	7.124
Impacto da não tributação de créditos tributários	-	-	91	790
Outras exclusões/adições	-	-	(3.542)	(3.070)
Total do IR e CS	-	-	(805)	(28.536)
Diferido	-	-	(344)	(28.045)
Corrente	-	-	(461)	(491)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	2,63%	13,25%

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Ativo imobilizado

	Consolidado							Imobilizado em andamento (i)	Total
	Benfeitorias em prédios de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Moldes e matrizes	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos		
Custo do imobilizado									
31 de dezembro de 2023	15.478	12.835	105.864	59.303	8.549	5.091	331	3.360	210.811
Adições	-	212	793	437	158	188	-	2.498	4.286
Transferências	513	1.509	1.599	1.009	-	-	-	(4.765)	(135)
Baixas	-	-	(53)	(17)	(15)	(20)	-	-	(105)
31 de dezembro de 2024	15.991	14.556	108.203	60.732	8.692	5.259	331	1.093	214.857
Depreciação acumulada									
31 de dezembro de 2023	(1.177)	(4.790)	(50.305)	(32.116)	(3.466)	(2.913)	(223)	-	(94.990)
Depreciações	(786)	(746)	(4.781)	(2.477)	(507)	(472)	(19)	-	(9.788)
Baixas	-	-	49	6	10	15	-	-	80
31 de dezembro de 2024	(1.963)	(5.536)	(55.037)	(34.587)	(3.963)	(3.370)	(242)	-	(104.698)
Valor contábil líquido									
Saldos em 31/12/2023	14.301	8.045	55.559	27.187	5.083	2.178	108	3.360	115.821
Saldos em 31/12/2024	14.028	9.020	53.166	26.145	4.729	1.889	89	1.093	110.159

Em 2024 a Companhia realizou a análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado e não verificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado foi necessária. A Companhia revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas.

- (i) Os valores presentes em imobilizados em andamento são referentes a moldes e matrizes fabricados internamente, com conclusão prevista para segundo semestre de 2025.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Brinox Metalúrgica S.A. – Em Recuperação Judicial	95.164	77.945	-	-
Outros	-	-	4	4
	95.164	77.945	4	4

O investimento em controladas é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Brinox Metalúrgica S.A. – Em Recuperação Judicial	
	2024	2023
Ativo circulante	319.671	336.744
Ativo não circulante	208.325	228.342
Passivo circulante	116.674	383.948
Passivo não circulante	315.109	102.334
Patrimônio líquido	96.213	78.804
Receita líquida	524.359	475.172
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.333	(88.965)
Percentual de participação	98,91%	98,91%
Resultado de equivalência patrimonial	12.199	(87.996)

A movimentação do investimento na controlada Brinox está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	77.945	317.989
Equivalência patrimonial	12.199	(87.996)
Provisão para Impairment de ágio	-	(151.029)
Ajuste de avaliação patrimonial	5.021	(1.019)
Outros	(1)	-
Saldo no final do exercício	95.164	77.945

A Companhia também possui controle indireto por meio da Brinox nas entidades Roceral, Habitat e Casidades. A atividade principal da Roceral e Casidades é a operação de Trading e da Habitat é comércio varejista.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

14. Intangíveis

Consolidado

	Ágio Coza	Ágio Sigma	Ágio Brinox	Softwares e outros	Total
Custo do intangível					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.005	898	151.029	11.052	186.984
Adições	-	-	-	99	99
Transferências	-	-	-	135	135
Baixas	-	-	-	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.005	898	151.029	11.255	187.187
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(24.005)	(898)	(151.029)	(7.906)	(183.838)
Adições	-	-	-	(621)	(621)
Baixas	-	-	-	1	1
Saldo em 31 dezembro de 2024	(24.005)	(898)	(151.029)	(8.526)	(184.458)
Valor contábil Líquido					
Saldo 31 de dezembro de 2023	-	-	-	3.146	3.146
Saldo 31 de dezembro de 2024	-	-	-	2.729	2.729

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio no valor de R\$24.005 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Coza Utilidades Plásticas Ltda., incorporada em 2012 e o ágio de R\$898 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Sigma Trading Ltda., incorporada à empresa Brinox Metalúrgica S.A. em 2015. O ágio de R\$ 151.029 registrado na aquisição da Brinox Metalúrgica S.A foi alocado na controladora Rio Jari SP Participações S.A em 2011. Em 2024 foi realizado teste específico para suportar os ágios baseados em expectativas de rentabilidade futura (*goodwill*).

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e as taxas de crescimento do EBITDA. Os valores determinados para as premissas chave representaram a avaliação da Administração às tendências futuras no segmento operacional da unidade geradora de caixa Brinox e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem sua média ponderada:

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, e na média ponderada do custo de capital de uma indústria em que essa UGC atua.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

14. Intangíveis--Continuação

Consolidado--Continuação

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada baseada na estimativa da Administração da taxa anual composta de crescimento do EBITDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa de mercado.

O EBITDA projetado foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- A receita utilizada na projeção está de acordo com o Business Plan elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país. Após o período de projeção de 5 exercícios, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico.
- Os impostos sobre as vendas são identificados conforme estimativa aproximada de alíquotas vigentes no país em 31 de dezembro de 2024. Os impostos significativos são os seguintes: PIS - Programa de Integração Social; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.
- O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no percentual histórico observado em anos anteriores.
- As despesas operacionais foram projetadas com base no percentual histórico observado em anos anteriores e foi baseado nas necessidades de expansão da base administrativa para suportar o crescimento estimado de receita.

Durante 2023 foi constituída provisão para perda na recuperação do ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futuras nas referidas UGC em decorrência do início do processo de recuperação judicial da Companhia.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)

A Companhia realizou, em conjunto com sua controlada, a análise de seus contratos e identificou contratos de arrendamento elegíveis para aplicação do CPC 06 (R2) e avaliou os impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e aplicou a abordagem de transição simplificada (“método retrospectivo modificado”) e não apresentou os valores comparativos do ano anterior à adoção. A Companhia avaliou, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujo ativos são de baixo valor.

A Companhia possui contratos de locação, firmados com terceiros, os quais estão sendo classificados como arrendamento mercantil, que preveem a opção de renovação e rescisão. Estas opções são negociadas pela Administração para obter flexibilidade na gestão da carteira de ativos arrendados e alinhar-se as necessidades de negócio da Companhia. As taxas de desconto que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, foram obtidas com base nos principais índices de inflação do mercado e taxa estimada para captação de empréstimo caso optássemos pela obtenção do objeto de arrendamento com prazos e cenários semelhantes. A taxa média utilizada corresponde a 8,45% a.a.

O quadro abaixo evidencia a localização, os vencimentos e prazos dos contratos:

<u>Contrato de Aluguel</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Prazos total (meses)</u>
Imóvel Caxias do Sul	18/05/2031	120
Imóvel São Paulo	31/08/2029	60
Imóvel São Paulo	31/08/2026	24
Imóvel Espírito Santo	31/12/2030	120
Imóvel Espírito Santo	31/12/2032	120

O contrato do imóvel em Caxias do Sul se refere ao aluguel do imóvel da matriz da Brinox celebrado com a Newport, com o prazo de dez anos.

Os contratos na cidade de São Paulo se referem ao aluguel de dois escritórios onde trabalham o pessoal do comercial e o CEO da Brinox.

O contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2030 referente ao aluguel do pavilhão já construído. Já o contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2032 é referente ao contrato de construção BTS com a finalidade de ampliação da unidade fabril de Linhares.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)--Continuação

A movimentação dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento no exercício de 2024 estão apresentadas abaixo:

Consolidado

Ativo de direito uso

Saldo em 31 de dezembro de 2023	98.074
Novo Contrato	155
Remensuração	5.444
Amortização	(10.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	93.130

Passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.569
Novo Contrato	155
Remensuração	5.444
Pagamentos	(18.301)
Ajuste a valor presente (juros)	7.819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	94.686

Circulante	11.517
Não circulante	83.169

Os compromissos futuros de longo prazo, oriundos destes contratos, estão apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2024</u>
2026	12.956
2027	13.462
2028	14.600
2029	15.687
2030	16.554
2031	8.412
2032	1.498
Total	83.169

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores

Os fornecedores a pagar demonstrados abaixo são compostos por pessoas jurídicas fornecedoras de insumos, bens, componentes e serviços essenciais para a operação, os quais não tiveram saldos renegociados na recuperação judicial da Companhia.

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores a pagar - mercado interno	11.781	35.353
Fornecedores a pagar – mercado externo	23.939	42.563
	35.720	77.916
Ajuste a valor presente	(43)	(974)
	35.677	76.942
Circulante	35.677	75.619
Não Circulante	-	1.323

Já os fornecedores RJ demonstrados abaixo referem-se a fornecedores que tiveram saldos repactuados no plano de recuperação judicial da Companhia:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores a pagar - mercado interno RJ		
Classe III – Opção 1	2.035	-
Classe III – Opção 2	910	-
Classe III – Parceiros	14.743	-
Classe IV – ME e EPP	2.011	-
	19.699	-
Fornecedores a pagar – mercado externo RJ		
Classe III – Opção 1	300	-
Classe III – Opção 2	3.780	-
	4.080	-
	23.779	-
Circulante	9.405	-
Não circulante	14.374	-

Referente aos fornecedores RJ a Companhia está seguindo as seguintes premissas presentes no plano de recuperação judicial:

Classe III – Opção 1: Os credores que optaram pela opção 1 receberão seus créditos limitados a R\$100 em 24 vezes sem correção, sendo o pagamento inicial de R\$5 e a primeira parcela de R\$4 que foram pagas em 23 de setembro de 2024. As demais parcelas estão sendo pagas mensalmente a partir de outubro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III – Opção 1 totalizou R\$1.091.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

Classe III – Opção 2: Os credores que optaram pela opção 2 receberão 4,5% de seus créditos em pagamentos anuais de 0,25% a.a. por 20 anos, com 2 anos de carência contados a partir da Homologação do Plano, sem correção monetária. A companhia terá um bônus de adimplência de 95,5% no final do vigésimo ano, equivalente a R\$4.478. Os credores que não se manifestaram tempestivamente no prazo, tiveram seus créditos alocados nessa opção. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5, que totalizaram até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$150, sendo o próximo pagamento em setembro de 2026.

Classe III – Parceiros: Os credores parceiros de produtos e serviços receberão seus créditos conforme o cronograma de amortização constante no plano de recuperação e indicado abaixo, contados da data da homologação do plano, de forma individual e personalizada, a depender dos prazos para pagamento e concessão de créditos adotados por cada Credor Parceiro, sem incidência de encargos. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III – Parceiros totalizou R\$843;

Cronograma de amortização (meses contados da Data da Homologação do Plano)	Percentual de amortização de acordo com o prazo de pagamento disponibilizado pelo fornecedor (em dias)			
	Até 30 dias	30 dias	60 dias	90 dias
Mês 1º ao mês 3º	0%	0%	0%	0%
Mês 4º ao mês 9º	0%	0%	10%	35%
Mês 10º ao mês 21º	0%	5%	30%	65%
Mês 22º ao mês 33º	0%	5%	30%	0%
Mês 34º ao mês 45º	5%	15%	30%	0%
Mês 46º ao mês 57º	5%	30%	0%	0%
Mês 58º ao mês 69º	15%	45%	0%	0%
Mês 70º ao mês 81º	15%	0%	0%	0%
Mês 82º ao mês 93º	60%	0%	0%	0%

Classe IV – ME e EPP: Os credores dessa classe receberam o valor de R\$4 limitado ao valor do respectivo crédito em até 30 dias contados da Homologação do Plano, sendo que eventual saldo de seus respectivos Créditos ME e EPP será pago, sem a incidência de encargos, em 24 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida no mês imediatamente seguinte ao mês da Homologação do Plano e as demais nos meses subsequentes. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III – ME e EPP totalizou R\$872;

A movimentação ocorrida desde a homologação do plano até 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte para os créditos sujeitos a RJ:

Saldo em 15 de agosto de 2024 (i)	44.148
Perdão da Dívida (<i>haircut</i>)	(11.613)
Reclassificação de risco sacado	(5.800)
Pagamentos efetuados	(2.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.779

(i): Refere-se a data de homologação do PRJ.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

A Companhia em 2024 com a aprovação do plano teve um ganho de R\$11.613 devido ao perdão da dívida juntos a seus credores fornecedores classe III que optaram pela opção 1.

O valor de R\$5.800 de Risco Sacado, refere-se a credores fornecedores que migraram para credores bancos.

Os montantes renegociados foram reconhecidos conforme as opções formalmente escolhidas pelos credores no prazo legal, conforme previsto na cláusula específica do plano aprovado em 24 de julho de 2024 e homologado em 15 de agosto de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, não houve alegações formais de descumprimento do plano.

Em 31 de dezembro, a posição de fornecedores vencidos e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos a vencer	43.211	44.341
Títulos vencidos até 30 dias	158	4.336
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	214	2.340
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	943	4.327
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	7.155	19.547
Títulos vencidos há mais de 181 dias	2.910	728
	54.591	75.619

O saldo vencido entre 91 até 180 dias refere-se substancialmente a compras atreladas a processos de importação de mercadorias de estoques que foram finalizadas no primeiro trimestre de 2025. O saldo vencido acima de 181 dias está sendo discutido no processo da recuperação judicial e refere-se principalmente a fornecedores prestadores de serviço de transporte da Companhia. A Administração não espera variações significativas entre o saldo registrado e o saldo a ser liquidado.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Moeda	Consolidado	
			2024	2023
Não sujeitos a Recuperação Judicial:				
FINAMES Banco do Brasil	3,50 a 6% a.a.	Reais	-	8
FUNDOPEM – BNDES	IPCA + 3% a.a.	Reais	-	21
Banco Itaú - Debêntures (Nota18)	CDI + 3,95 a 4,25% a.a	Reais	-	61.261
Banco Brasil ACC Exportação	4,75 a 8,39% a.a.	Dólar	7.637	8.680
Capital de Giro Banco do Brasil	CDI + 2,93 a 4,98% a.a.	Reais	-	30.710
Capital de Giro Santander	CDI + 4,29 a 4,66% a.a.	Reais	-	10.047
NCE Bradesco	CDI + 5,20% a.a.	Reais	3.643	11.910
Capital de Giro Banco Banestes	CDI + 3,90% a.a.	Reais	-	7.410
Capital de Giro Caixa Econômica Federal	CDI + 2,99 a 3,66% a.a.	Reais	-	31.136
Capital de Giro Banco Safra	CDI + 4,9070% a.a.	Reais	-	11.313
	IPCA + 1,9795% a.a.			
Capital de Giro Banco Nordeste	13,7973% a.a.	Reais	-	18.755
Capital de Giro Banco BBM	CDI + 0,35% a.a.	Reais	-	5.067
FINEP	TJLP + 3,00% a.a.	Reais	-	35.857
Banco IBM Leasing	Taxa 0,80 a 1,14% a.a.	Reais	484	385
Banco Fibra	CDI + 6,20% a.a.	Reais	-	2.033
Banco Banpar	1,65% a 1,70% a.a.	Reais	-	2.018
Banco Alfa	SELIC + 1,00% a.a.	Reais	-	7.140
Banco Haitong	CDI + 2,00% a.a.	Reais	-	6.420
Banco Daycoval	CDI + 6,59% a.a.	Reais	-	2.034
Banco Santander - Emp. Veiculo	21,89% a.a.	Reais	11	58
Banco Daycoval	CDI + 6,14% a.a.	Reais	8.796	-
Capital de Giro Banco Safra	CDI + 8% a.a.	Reais	7.032	-
Banco Daycoval Financiamento	16,82% a.a.	Reais	174	-
			27.777	252.263
Empréstimos e Financiamentos – CP			21.055	249.333
Empréstimos e Financiamentos – LP			6.722	2.930
Sujeitos a Recuperação Judicial:				
Classe III - Opção 1 Não parceiros (i)	-	Reais	238	-
Classe III - Opção 2 Não parceiros (ii)	-	Reais	75.218	-
Classe III - Concursal Parceiros (iii)	6,3% a.a. + TR	Reais	97.972	-
Classe III - Concursal Parceiros (iii)	1,5% a.a.+ IPCA	Reais	1.930	-
Classe III - Concursal Parceiros Fiança (iii)	CDI	Reais	5.996	-
Classe III - Extraconcursal Parceiros (iv)	1% a.a. + CDI	Reais	11.739	-
Classe III - Extraconcursal Parceiros (iv)	9,5% a.a. + TR	Reais	4.245	-
			197.338	-
Empréstimos e Financiamentos RJ – CP			6.143	-
Empréstimos e Financiamentos RJ – LP			191.195	-
			225.115	252.263

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O montante de R\$197.339 está contemplado no plano de recuperação judicial. As características das classes são as seguintes:

Classe III – Opção 1 Não parceiros (i): Os credores que optaram pela opção 1 receberão seus créditos limitados a R\$100 em 24 vezes sem correção, sendo o pagamento inicial de R\$5 e a primeira parcela de R\$4 que foram pagas em 23 de setembro de 2024. As demais parcelas estão sendo pagas mensalmente a partir de outubro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia totalizou R\$62;

Classe III – Opção 2 Não parceiros (ii): Os credores que optaram pela opção 2 receberão 4,5% de seus créditos em pagamentos anuais de 0,25% a.a. por 20 anos, com 2 anos de carência contadas a partir da Homologação do Plano, sem correção monetária. A Companhia terá um bônus de adimplência de 95,5% no final do vigésimo ano, equivalente a R\$71.833. Os credores que não se manifestaram tempestivamente no prazo, tiveram seus créditos alocados nessa opção. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia totalizou R\$20, sendo o próximo pagamento em setembro de 2026.

Concursal Parceiros (iii): Os credores parceiros bancos receberão seus créditos conforme o cronograma de amortização indicado na tabela abaixo do plano de recuperação, contados da data da homologação do plano, de forma individual e personalizada, a depender de cada Credor Parceiro, e conforme a escolha dos encargos. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia totalizou R\$5.002;

Parcelas	Percentual de amortização
Do mês 1º ao mês 12º	0% (período de carência de principal)
Do mês 13º ao mês 24º	0% (período de carência de principal)
Do mês 25º ao mês 36º	0,5%
Do mês 37º ao mês 48º	2,5%
Do mês 49º ao mês 60º	4,0%
Do mês 61º ao mês 72º	8,0%
Do mês 73º ao mês 84º	10,0%
Do mês 85º ao mês 96º	15,0%
Do mês 97º ao mês 108º	25,0%
Do mês 109º ao mês 120º	35,0%

Extraconcursal Parceiros (iv): Os credores parceiros bancos receberão seus créditos em 48 parcelas mensais, sucessivas e iguais, sendo a primeira devida em 30 dias contados da Homologação do Plano, incidindo sobre o saldo devedor juros mensais equivalentes a 100% da variação positiva do CDI acrescido de 1,0% ao ano, ou, alternativamente, a remuneração da Taxa Referencial (TR) acrescida de 9,5% ao ano, conforme opção do Credor. Os credores já

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia totalizou R\$1.512.

Os montantes renegociados foram reconhecidos conforme as opções formalmente escolhidas pelos credores no prazo legal, conforme previsto na cláusula específica do plano aprovado em 24 de julho de 2024 e homologado em 15 de agosto de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, não houve alegações formais de descumprimento do plano.

A movimentação ocorrida desde a homologação do plano até 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte para os créditos sujeitos a RJ:

Saldo em 15 de agosto de 2024 (i)	213.713
Perdão da Dívida (<i>haircut</i>)	(15.579)
Reclassificação de risco sacado	5.800
Pagamentos efetuados	(6.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>197.338</u>

(i): Refere-se a data de homologação do PRJ.

A Companhia em 2024 com a aprovação do plano teve um ganho de R\$15.579 devido ao perdão da dívida juntos a seus credores fornecedores classe III que optaram pela opção 1.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
2026	10.388
2027	8.016
2028	8.915
2029	7.320
2030	9.973
2031	13.573
2032	21.419
2033	32.496
2034	22.804
2035 a 2044	63.013
Total	<u>197.917</u>

As garantias dadas aos empréstimos e financiamentos incluem aplicações financeiras, duplicatas do contas a receber, imobilizado e cartas fiança desde que não sujeitos a RJ.

Em decorrência desses financiamentos, algumas obrigações devem ser mantidas pela Companhia. O vencimento dos empréstimos de longo prazo ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado. Abaixo demonstramos os principais:

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extra judicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- Existência de títulos protestados;
- Inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- Deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;
- Se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras.

A Companhia terá ao final do vigésimo ano um bônus de adimplência de R\$71.833 referente os credores da Opção II Não Parceiros.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía *covenants* financeiros a serem cumpridos e cumpriu com os *covenants* não financeiros.

18. Debêntures

Após a aprovação e homologação do PRJ, o saldo remanescente da obrigada novada com base no art. 59 da Lei nº 11.101/2005 referente as debêntures no montante de R\$50.896 passou a ser apresentado na Classe III – Concursal Parceiros no valor de R\$43.665, e R\$7.231 como Classe III – Extraconcursal Parceiro, conforme demonstrado na nota explicativa 17 de empréstimos e financiamentos.

O encerramento da 3ª emissão de debêntures, que faz parte do processo de reestruturação das dívidas da Companhia via PRJ, ocorreu em duas etapas:

- (i) Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 07 de outubro de 2024, com aprovação unânime da novação e do encerramento da emissão na B3, incluindo a liberação das garantias e a dispensa do Agente Fiduciário; e
- (ii) Emissão do Termo de Quitação em 13 de janeiro de 2025 pelo Agente Fiduciário, formalizando o encerramento definitivo da emissão.

Não houve impacto no resultado de 2024 em decorrência dos saldos de debêntures.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

19. Partes Relacionadas

Transações de Mútuos:

A partir de 28 de agosto de 2023 a controlada Brinox passou a realizar operações de mútuo com sua controlada Habitat (controlada indireta da Rio Jari) no montante inicial de R\$11.398, com objetivo de empréstimos de recursos financeiros para aumentar o capital de giro da Habitat e no decorrer do exercício de 2023 emprestou mais R\$11.414 chegando a dezembro de 2023 com um montante a receber de R\$22.812. O contrato possuía inicialmente prazo de 1 ano e com a possibilidade de ser renovado de comum acordo entre as partes, o contrato será remunerado pela controlada em 105% do CDI anualmente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a receber totalizava R\$23.200. No período não houve por parte da Habitat pagamento de juros e amortização do principal para a Brinox. A Administração da Habitat possui a intenção de liquidar o valor no longo prazo junto a Brinox.

Os saldos foram eliminados para fins de consolidação da Rio Jari em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a partir de 07 de novembro de 2024 a controlada Brinox passou a realizar operações de mútuo com a sua controlada Roceral (controlada indireta da Rio Jari) no montante inicial de R\$16.163 com objetivo de empréstimos de recursos financeiros para aumentar o capital de giro da Brinox. O contrato possui inicialmente prazo de 1 ano e com a possibilidade de ser renovado de comum acordo entre as partes, o contrato será remunerado pela controladora em 2% ao ano. No período não houve por parte da Brinox o pagamento de juros e amortização do principal para Roceral.

Os saldos foram eliminados para fins de consolidação da Rio Jari em 31 de dezembro de 2024

Transações comerciais:

Em 2023 e em 2024 a Rio Jari não realizou compra e venda de mercadorias junto a suas controladas direta e indiretas.

20. Outras obrigações - Risco Sacado

A controlada Brinox possuía contratos firmados com instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Maiores detalhes sobre essas operações estão incluídos na nota 2.16. Com a aprovação do plano de recuperação as instituições financeiras passaram a ser credores e a Companhia não fez novos contratos.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

21. Outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar é substancialmente representado por parcelamentos tributários efetuados junto a Secretária da Receita Federal do Brasil no ano de 2024, e refere-se a Pis, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, para pagamento em 60 parcelas mensais, que vem sendo quitadas dentro do prazo.

Os saldos referentes a provisões de comissões, serão pagas a representantes comerciais decorrente de vendas junto a clientes.

	Consolidado	
	2024	2023
Provisões diversas	9.450	7.191
Provisão de comissões	3.051	2.576
Parcelamentos	12.966	2.417
Outros	854	6.732
	26.321	18.916
Outras contas a pagar – CP	13.355	16.499
Outras contas a pagar – LP	12.966	2.417

22. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi registrada no passivo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável, sendo representada por ações trabalhistas.

	Consolidado	
	2024	2023
Trabalhista	1.553	818
	1.553	818

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	818	815
Adições	735	3
Saldo no final do exercício	1.553	818

Os assessores jurídicos da Companhia descrevem em três grupos a probabilidade de ocorrência de perdas sobre os processos nos quais à Companhia figura como ré: a) perdas possíveis; b) perdas prováveis e c) perda remota. Tal classificação foi efetuada com base nas jurisprudências existentes sobre as questões discutidas e nas instâncias em que se encontram as discussões.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

22. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia possui processos classificados com perda possível, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Tributária	230.292	216.750
Trabalhista	1.719	3.812
Civil	529	-
	<u>232.540</u>	<u>220.562</u>

Os processos tributários referem ao auto de infração expedido pela Receita Federal do Brasil relacionado ao ágio por incorporação reversa e sua amortização referente aos anos de 2011 a 2018.

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto para os quais nenhuma provisão foi constituída.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$289.512, dividido em 289.135.074 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva de investimentos

Constituída conforme o artigo 22, parágrafo primeiro do Estatuto Social. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções ou acréscimos por constituição da reserva legal e distribuição de dividendos terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral.

Reserva de subvenção para investimentos

No exercício de 2023 a Companhia apurou prejuízo e não constituiu reserva de subvenção para investimento no montante de R\$20.954. Em 31 de dezembro de 2024 o montante de reserva de subvenção a constituir oriunda de exercícios anteriores é de R\$60.811. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais à medida que forem apurados lucros em exercício futuros. Com a publicação da Lei 14.789/2023 a Companhia não pode mais usufruir o benefício de subvenção para investimento.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social.

Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 10% do lucro líquido do exercício deduzido da Reserva Legal.

Em virtude da Companhia apresentar prejuízo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os lucros do exercício de 2024 foram compensados para absorver os referidos prejuízos e, portanto, não foram distribuídos dividendos.

24. Receita líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita de produtos mercado interno	498.366	452.800
Receita de produtos mercado externo	145.830	137.953
Ajuste a valor presente	(10.677)	(12.853)
Impostos sobre vendas	(108.423)	(96.778)
Receita de subvenção (nota explicativa 28)	22.941	20.954
Receita de Serviços	117	-
Devoluções e abatimentos	(23.795)	(26.904)
	<u>524.359</u>	<u>475.172</u>

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

25. Despesas por natureza e função

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(286.601)	(268.110)
Despesas com pessoal	-	-	(77.120)	(79.882)
Comissões, fretes e demais sobre vendas	-	-	(51.544)	(41.450)
Depreciação e amortização	-	-	(10.410)	(10.174)
Amortização direito de uso	-	-	(10.543)	(9.424)
Energia elétrica	-	-	(3.155)	(3.630)
Prestadores de serviços	-	-	(23.469)	(20.905)
Locações de máquinas, imóveis e veículos	-	-	(2.551)	(1.680)
Despesas com manutenções	-	-	(4.680)	(4.974)
Despesas com verbas	-	-	(16.936)	(16.247)
Impairment de Ágio (nota 14)	-	(151.029)	-	(175.932)
Haircut de fornecedores – receitas com processo de RJ (i)	-	-	11.613	-
Outras despesas	(93)	(93)	(36.263)	(17.639)
	(93)	(151.122)	(511.659)	(650.047)
Classificação por função				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(343.921)	(332.870)
Despesas com vendas	-	-	(118.788)	(103.817)
Despesas administrativas	(93)	(93)	(44.794)	(34.469)
Outras desp. (receitas) operac. líquidas	-	(151.029)	(4.156)	(178.891)
	(93)	(151.122)	511.659	(650.047)

(i) Refere-se ao impacto positivo para Companhia do PRJ aprovado e homologado, que contemplou desconto (perdão da dívida junto a fornecedores).

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre a cobrança de clientes	-	-	461	1.038
Juros sobre aplicação financeira	15	23	3.015	4.711
Descontos obtidos	-	-	904	150
Haircut de empréstimos e financiamentos - receitas com processo de RJ (i)	-	-	15.579	-
Variações cambiais ativas	-	-	12.501	5.671
Outras receitas financeiras	-	-	431	2.432
Receita financeira de ajuste a valor presente	-	-	10.579	13.876
Receitas financeiras	15	23	43.470	27.878
Descontos concedidos	-	-	(2.677)	(3.082)
Serviços e taxas bancárias	-	-	(4.639)	(3.333)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.188)	(29.828)
Variações cambiais passivas	-	-	(11.461)	(5.726)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(5.427)	(5.215)
Ganho/Perda com instrumentos derivativos	-	-	780	(1.295)
Despesa financeira de ajuste a valor presente	-	-	(12.500)	(16.054)
Despesas financeiras	(2)	(2)	(43.112)	(64.533)
Resultado financeiro	13	21	358	(36.655)

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro--Continuação

- (i) Refere-se ao impacto positivo para Companhia do PRJ aprovado e homologado, que contemplou desconto (perdão da dívida junto a instituições financeiras).

27. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de sua controlada, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e de sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, procuram desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e sua controlada caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e sua controlada garantem que possuem saldos suficientes para superar suas necessidades de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e sua controlada para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco operacional--Continuação

- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz;

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada realizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

	Consolidado	
	2024	2023
Total do passivo circulante e não circulante	431.703	486.128
Caixa e equivalentes de caixa	(44.608)	(47.684)
Aplicações financeiras	(1.176)	(1.056)
Dívida líquida (A)	385.919	437.388
Total do patrimônio líquido (B)	96.301	78.972
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	401%	554%

Instrumentos financeiros derivativos

A controlada da Companhia, Brinox, possuía em 31 de dezembro de 2024 contrato de swap com marcação a mercado ativa de R\$780, com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de operação de empréstimo em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade com o regime de competência.

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos e não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

28. Receita de subvenções governamentais

Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas.

A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. Porém com a sua revogação pela Lei nº 14.789, de 2023, todos os tipos de subvenções recebidas a partir de 2024 passam a ser tributados pelo IRPJ e pela CSLL. Em compensação, as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real que recebem subvenção da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para implantar ou expandir empreendimento econômico podem apurar crédito fiscal de subvenção para investimento, correspondente ao produto das receitas de subvenção e da alíquota de 25% relativa ao IRPJ, desde que observado o disposto na legislação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o montante de R\$20.898 (R\$19.755 em 31 de dezembro de 2023), o montante de R\$20.898 referente a 2024, foi oferecido a tributação do IRPJ e CSLL.

29. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra sinistros está estipulada em R\$ 386.826 com prazo de vigência inicial de 03/11/2024 até 03/11/2025.